

A ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, INCLUINDO PADRÕES SUSTENTÁVEIS DE PRODUÇÃO E CONSUMO

Contexto nacional e mundial

(1). Segundo definição do PNUMA, apresentada no Processo de Marrakesh, consumo sustentável é “o uso de bens e serviços que atendam às necessidades básicas, proporcionando uma melhor qualidade de vida, enquanto minimizam o uso dos recursos naturais e materiais tóxicos, a geração de resíduos e a emissão de poluentes durante todo ciclo de vida do produto ou do serviço, de modo que não se coloque em risco as necessidades das futuras gerações”. Também define a produção sustentável como “a incorporação, ao longo de todo o ciclo de vida de bens e serviços, das melhores alternativas possíveis para minimizar custos ambientais e sociais. (...) Vista numa perspectiva planetária, a produção sustentável deve incorporar a noção de limites na oferta de recursos naturais e na capacidade do meio ambiente para absorver os impactos da ação humana”.



- (2). O MMA ilustra a visão de Produção e Consumo Sustentável (PCS) como um ciclo fechado, desde o manejo dos recursos naturais até o gerenciamento dos resíduos sólidos, mostrando claramente a influência e interdependência das duas dimensões da ação humana: “a produção afeta o consumo (por exemplo, por meio de design de produtos e dos apelos do marketing), mas também o consumo afeta a produção (por exemplo, na medida em que as escolhas dos consumidores influenciam as decisões dos produtores)”. Os desafios extrapolam a etapa de produção o que reforça a necessidade de trabalhar o processo como um todo, desde a incorporação de questões ambientais e sociais no desenho do produto até como pensar no que acontece com o produto depois que ele é descartado.
- (3). Neste caminho não estão apenas as melhorias dos processos, mas compromissos com as empresas quanto ao estabelecimento de padrões mínimos de conduta na cadeia produtiva em relação a degradação ambiental e às violações dos direitos humanos e a integridade nas suas relações com parceiros comerciais e funcionários. No Brasil, já temos o Pacto Nacional Pela Erradicação do Trabalho Escravo e o Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção. Cada vez mais começam a se firmar também pactos setoriais, como o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar e o Pacto da Soja, Madeira e Pecuária). Adicionalmente, grupos de trabalho vêm se estruturando para trabalhar em profundidade determinados temas, como o recém-lançado GT do Carvão Sustentável. No âmbito internacional, iniciativas similares também ocorrem, como o *Round Table on Responsible Soy* e o Pacto Global da ONU, por exemplo. Essa pequena amostra de uma lista bem maior de mecanismos existentes demonstram que, na prática, estamos longe de termos padrões estabelecidos - em prática de produção e consumo sustentável.
- (4). O recente estudo lançado pelo UNEP, *Global Outlook on Sustainable Consumption and Production Policies*, ressalta a evolução do conceito e abordagem das estratégias de PCS por meio dos acordos globais multilaterais e estratégias regionais, das ferramentas de regulação voluntária e iniciativas implementadas pelos governos, empresas e organizações da sociedade civil. Estratégias nacionais de PCS vêm sendo desenvolvidas por uma gama bem diferenciada de países como Brasil, Croácia, Cazaquistão e Reino Unido, e ganham reforço por políticas temáticas e instrumentos voluntários como gestão de resíduos, programas florestais, incentivos econômicos, responsabilidade social empresarial e certificações ambientais e sociais.
- (5). Do outro lado da produção tem o consumo. O relatório O Estado do Mundo de 2012 aponta que, em 2006, os 65 países com maior renda - representando apenas 16% da população mundial - são responsáveis por 78% dos gastos com o consumo. Com a crescente ascensão da classe média, como ocorre no Brasil, e a estratégia das empresas em criar produtos e serviços para a população de baixa renda e para a base da pirâmide, a fatia de pessoas que vão consumir só tende a aumentar. Como conciliar a redução do consumo com os novos entrantes no mercado consumidor?
- (6). O consumo excessivo não causa impacto negativo apenas sobre o planeta. Casos de endividamento excessivo, obesidade x nutrição, compra por desejo x compulsão são só alguns dos problemas sociais gerados pelo consumo. Muito se fala do poder do consumidor, da necessidade de conscientização, só que a mudança de comportamento é algo que leva tempo. Contudo, o amadurecimento do ser humano pode ser acelerado quando toda a sociedade adota novos valores, não dependendo de ações individuais.

(7). Implantar Políticas Sustentáveis de Produção

- a. Definição de medidas fiscais para alavancar os padrões de sustentabilidade dos produtos criando incentivos para aqueles que exercem menor pressão no meio ambiente e aumentar os impostos sobre os demais que estão fora dos padrões, incorporando as externalidades de todo o ciclo de vida do produto.
- b. Definição de subsídios como programas de financiamento para inovação e adoção de tecnologias sustentáveis e apoio aos pequenos produtores rurais e micro, pequena e médias empresas para adoção de padrões de sustentabilidade.
- c. Adoção de compras públicas sustentáveis conforme padrões definidos em conjunto com o mercado.
- d. Integrar PCS do governo nos planos estratégicos empresarial convergindo objetivos e metas e indicadores únicos de monitoramento. Para isso estruturar planos setoriais que contemplem: (1) impactos socioambientais existentes ao longo do ciclo de vida dos produtos ou serviços e (2) padrões socioambientais a serem adotados nos produtos e serviços.
 - i. Alguns padrões ambientais são clássicos como redução no consumo de matérias primas, água e energia, além do tratamento dos resíduos enquanto que novos padrões vêm surgindo como menor emissão de gases do efeito estufa. Contudo, o desafio é olhar além do processo produtivo e contemplar o ciclo completo.
 - ii. Já os padrões sociais precisam ser criados podendo convergir com políticas sociais governamentais. Uma abordagem de ciclo de vida também avalia a cadeia de valor do ponto de vista social, indo além do ambiental, contemplando os impactos sobre as comunidades do entorno; acesso a recursos materiais, não materiais e ao patrimônio cultural; segurança e condições de vida; bem como considerar os direitos dos povos indígenas e do emprego local.

(8). Implantar Políticas Sustentáveis de Consumo

- (9). Qual a melhor rota: mudar o comportamento das pessoas quanto ao consumo ou mudar as características dos produtos a serem consumidos? Na 1ª opção estamos falando em mudança cultural, dar maior enfoque na qualidade de vida em equilíbrio com o trabalho e família, re-conexão com o mundo natural. Na 2ª opção o foco não é consumir menos, mas melhor. Não se trata de um dilema já que é necessário traçar estratégias para ambas as rotas. Outro ponto é o aumento do custo de um produto ou serviço que atenda aos padrões de sustentabilidade frente aos demais, que não atendem, mas tem um custo menor. Partindo desta ótica, as políticas voltadas ao consumo cobrem:

(10). Incentivos ao consumo com padrões de sustentabilidade

- a. Inverter a lógica de que produtos e serviços com padrões de sustentabilidade são mais caros do que aqueles que não incorporam tais padrões. Metodologias de precificação das externalidades socioambientais precisam ser pesquisadas e adotadas para reverter essa dicotomia.
- a. Campanhas sobre padrões de sustentabilidade mostrando que determinados produtos (frente aos similares) trazem retorno financeiro no longo prazo para o consumidor (i.e. eletrodomésticos com melhor relação de consumo de energia elétrica).
- b. Padronização de rotulagem ambiental e social.
- c. Igualdade do acesso ao consumo dentro dos padrões de sustentabilidade. Distinção entre produtos e serviços de primeira necessidade como forma de elevar os padrões de sustentabilidade do consumo da população de baixa renda. Estes produtos e serviços podem receber subsídios enquanto que os demais não recebem subsídio para adequação ou tem suas externalidades precificadas.

(11). Restrições ao consumo

- a. Regras mais rígidas quanto a obsolescência dos produtos de forma que o mesmo não precise ser substituído no curto prazo ou possa receber “peças de reposição”. Daqui nascem novos modelos de comercialização de serviços (e não de produtos) e lidam com a mudança cultural em vigência do constante consumo de novos modelos do mesmo produto.
- b. Estudos podem determinar quais produtos recebem mais estímulos para sua constante troca e estes podem ser os primeiros a terem planos setoriais de PCS. Restrições tendem a gerar inovação.

(12). Adoção de padrões de consumo e produção que garantam os direitos humanos da comunidade e o bem-estar

- a. Políticas de PCS tem que fortalecer as políticas de saúde e educação (i.e. se há um problema de hipertensão na população a produção de produtos alimentícios devem ter regras restritivas de sódio).
- b. Incluir na produção a população de baixa renda ou da base da pirâmide como premissa para que estes cheguem ao consumo.
- c. Os planos setoriais de PCS devem contemplar nos mapeamento dos impactos sociais as questões de saúde e dos direitos humanos.
- d. Campanhas de comunicação que educam sobre os padrões de sustentabilidade que a população devem estar atentas é uma forma de combater o greenwashing, além das restrições colocadas nas propagandas das empresas e punições quanto às violações dos direitos dos indivíduos.

(13). Adotar mudanças estruturais concebidas para alterar as condições de mercado

- (14). Assegurar a definição de indicadores e monitoramentos das ações da PCS como forma de medir a eficácia das políticas e acompanhar o progresso.
- (15). Adotar e aplicar medidas alternativas de progresso para além do PIB.
- (16). Alguns apontam que os riscos da nova economia para as empresas e o mercado - que não são novos, tendo surgido com a globalização - são o protecionismo, condicionalidade e subsídios que podem ser impostos. Por outro lado, a nova economia vem acompanhada dos benefícios de acesso a mercados globais, tanto para a busca como para o fornecimento de bens e serviços de baixo impacto ambiental. Adotar medidas de monitoramento quanto à restrição de acesso ao mercado como barreiras internacionalmente barreiras impostas ao mercado nacional devido à exigência de tecnologias e processos que ainda não são de domínio público ou que tem restrição de uso devido ao alto custo de implantação.

Propostas para a Rio+20 sobre o tema em discussão na ONU e nas empresas, governos e organizações

PROPOSTA CONTIDA NO RASCUNHO ZERO DE 10 DE JANEIRO DE 2012

O Futuro que Queremos. Disponível em < http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/OFuturoqueQueremos_rascunho_zero.pdf>

[Consumo e produção sustentáveis]

97. Nós concordamos em estabelecer uma Estrutura de Programas de 10 Anos para o consumo e produção sustentáveis (SCP) como parte de um pacto global sobre o consumo e produção sustentáveis, baseado no texto elaborado nas negociações na Comissão da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável em sua 19ª sessão.

PROPOSTAS DAS INSTITUIÇÕES SIGNATÁRIAS QUANTO AO POSICIONAMENTO DO BRASIL, SOCIEDADE CIVIL E GOVERNO, NAS NEGOCIAÇÕES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO+20) - INSTITUTO ETHOS

Disponível em < <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/6429-A-55dInstituto%20Ethos%20e%20Parceiros%20-%20Rio+20%20Portugu%C3%AAs.pdf>>.

Para a internalização dos compromissos nas economias nacionais, propomos que todos os países participantes da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) comprometam-se à adoção das seguintes diretrizes:

- i. **Adoção, progressiva, de um novo padrão nacional de contabilidade para mensuração do desenvolvimento**, enquanto o Sistema das Nações Unidas desenvolve um padrão que possa, no médio prazo, ser adotado por todas as nações (conforme item 2.ii). O novo padrão nacional deverá redefinir o conceito de prosperidade em nível nacional, considerando, além do PIB efetivo (para fins de medição) e o PIB potencial (para fins de planejamento), os custos dos ativos e serviços naturais implicados na produção de bens e disponibilização de serviços, os impactos sociais decorrentes do modelo de crescimento adotado e considerando o nível de renda nacional vis-à-vis o acesso da população local a formas adequadas de saneamento, saúde, educação, consumo, mobilidade, cultura e bem estar. Os novos padrões nacionais deverão, portanto, medir os capitais naturais, sociais, humanos e financeiros, aos moldes dos estudos desenvolvidos pela Comissão Stiglitz-Sem-Fatoussi e pelas pesquisas conduzidas por Ethical Markets em parceria com GlobeScan (Beyond GDP);
- ii. **Precificação do carbono e criação de um mercado interno de carbono.** Sugere-se o estudo da adoção de padrão local para precificação do carbono, levando-se em conta as características dos mercados e agentes econômicos locais, bem como a criação de um mercado interno de carbono para que os agentes possam transacionar e, dessa forma, contribuir para a consecução das metas nacionais de redução de emissões;
- iii. **Pagamento pelos serviços dos ecossistemas.** Sugere-se o estudo de formas de precificação dos recursos naturais e serviços ambientais como maneira de tornar eficaz a percepção dos indivíduos e o controle dos mercados, conduzindo a sistemas produtivos que objetivem o ciclo fechado de produção e a repartição dos benefícios gerados a partir do aproveitamento da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais;
- iv. **Estabelecimento de Padrões Mínimos de Operação.** Sugere-se que sejam estudados e definidos padrões locais mínimos de operação sustentável para as empresas públicas nacionais e concessionárias, bem como para as companhias nacionais que operem internacionalmente (em termos de relações de trabalho decente – que contemplem a inclusão de minorias e sua isonomia –, práticas socioambientais compatíveis com o desenvolvimento sustentável e a busca do ciclo fechado de produção), ou submissão delas aos padrões operacionais globais mínimos, quando já estabelecidos (veja-se item 2.1.v). Os estados nacionais também deverão criar condições para que as companhias multinacionais operem localmente com base em seu melhor padrão mundial, caso este seja superior ao mínimo local ou globalmente estabelecido. Adicionalmente, sugere-se que entre os padrões operacionais mínimos inclua-se como requerimento para grandes empresas nacionais que operem internacionalmente, bem como para as empresas públicas e concessionárias de serviços públicos, o relato público anual de suas atividades em sustentabilidade aos moldes dos padrões internacionais (e.g. GRI) ou justificativa de por que não o fazem;

vii. Adoção de políticas fiscais, tributárias e de compras sustentáveis pelos governos, de forma a redirecionar a produção local, estimulando tanto a produção com menor pressão sobre os recursos naturais, baixas emissões e condições de trabalho dignas quanto novos padrões de consumo, pois ao mesmo tempo em que se alteram os padrões de produção faz-se necessária a mudança de cultura e comportamento dos mercados consumidores. Ainda nesse sentido, sugere-se seja incentivada a propaganda responsável e orientadora dos consumidores, aos moldes do estimulado pelo EthicMark® Award for Advertising that Uplifts the Human Spirit and Society. Faz-se, finalmente, necessário o incentivo ao tratamento sustentável dos resíduos, tanto por produtores quanto por consumidores, e o financiamento de processos de P&D voltados para a pesquisa e desenvolvimento de produtos sustentáveis;

MILLENNIUM CONSUMPTION GOALS (MCG)

Disponível em < <http://www.millenniumconsumptiongoals.org/>>

Estabelecer um conjunto de metas de consumo do milênio para o período de 2012-2020 como forma de garantir que as necessidades básicas das populações pobres sejam atendidas, preservando e reforçando a base de recursos naturais da terra em que a sociedade humana depende e aumentar a prosperidade global, assegurando uma boa qualidade de vida e bem-estar para todos até 2020, melhorar a equidade intra-e inter-geracional, e acelerando a mudança para um consumo mais sustentável e produção como um passo essencial para o objetivo final do desenvolvimento sustentável desenvolvimento. O **objectivo de longo prazo** dos MCGs é alcançar o desenvolvimento sustentável, através de:

- a. Tornar o consumo e produção mais sustentável em termos ambientais, econômicos e sociais;
- b. Melhorar bem-estar geral;
- c. Reduzir a carga sobre os recursos naturais;
- d. Liberar recursos para aliviar a pobreza; e
- e. Assegurar a equidade intra e inter-geracional.

Os MCGs devem começar por abordar o subconsumo dos pobres, para isso deve-se:

1. Conhecer as necessidades humanas básicas (comida, água, energia, abrigo, saúde, educação, etc).

Endereçando o consumo insustentável dos ricos, os recursos do MCGs teriam como alvo:

2. Redução de emissões de GEE;
3. O consumo de energia (conservação, combustíveis fósseis, energia renovável, transporte, prédios, urbanos etc.);
4. Uso da água (qualidade, a conservação, a reutilização etc.);
5. Terrenos e uso de biomassa (habitats urbanos, a terra rural, construções, florestas, áreas protegidas, biodiversidade etc.);
6. Minérios, metais e minerais industriais;
7. Materiais de construção e minerais; e
8. Poluição e resíduos (do ar e da água, de efluentes, resíduos sólidos, resíduos tóxicos e produtos químicos etc.).

Iniciativas existentes independentes da Rio+20

Algumas iniciativas, no Brasil e mundo, que buscam promover, trabalhar, medir e alavancar os padrões de produção e consumo sustentável dentro na nova economia vem surgindo. Aqui está pontuada uma parcela mínima destas iniciativas, mostrando apenas as diferentes formas de se trabalhar uma solução e o enfoque de cada uma:

- **Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis - PPCS, Governo Brasileiro:** Tem como missão fomentar políticas, programas e ações de consumo e produção sustentáveis no País voltadas a ampliar as soluções para problemas socioambientais, consoante com as políticas nacionais visando à erradicação da miséria, a redução de emissões de gases de efeito estufa e ao desenvolvimento sustentável, e, com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, sobretudo com as diretrizes do Processo de Marrakesh. A contribuição crucial do PPCS aqui apresentado está em promover mudanças verificáveis nos padrões de produção e consumo.
- **Processo de Marrakesch, ONU:** É um processo global para apoiar a elaboração de um quadro de 10 anos de Programas sobre o consumo e produção sustentáveis, como preconizado pelo Plano de Ação de Joanesburgo CMDS. Os objetivos pensados são para: ajudar os países em seus esforços para suas economias verdes; ajudar as empresas a desenvolver modelos de negócios mais verdes; e incentivar os consumidores a adoptar estilos de vida mais sustentáveis. São sete forças tarefas, iniciativas voluntárias lideradas por governos: i. rotulagem ecológica em África; ii. planos de ação nacionais no PCS; iii. ferramentas de desenvolvimento e capacitação de apoio nos domínios dos contratos públicos sustentáveis; iv. projetos de turismo sustentável; v. política de produtos para encorajar mais inovação em *design* e desempenho; vi. compartilhamento das melhores práticas em matéria de eficiência energética nos edifícios; e vii. promoção de educação e estilos de vida sustentáveis .

Bibliografia que ajudou a compor este documento

Changing Patterns: UK Government Framework for Sustainable Consumption and Production. Disponível em < <http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20040118020443/http://defra.gov.uk/environment/business/scp/changing-patterns.pdf> >

Fórum de Varejo e Consumo Sustentável: Experiências, Debates e Desafios. Disponível em < <http://www.varejosustentavel.com.br/painel/dbarquivos/dbanexos/publicaoforumbp.pdf> >

Global Outlook on Sustainable Consumption and Production Policies. Disponível em < http://www.unep.fr/scp/go/pdf/Global%20Outlook%20on%20SCP%20Policies_full_final.pdf >

Here and now: Education for sustainable consumption. Disponível em < <http://www.unep.fr/shared/publications/pdf/DITx1252xPA-Here%20and%20Now%20EN.pdf> >

I will IF you will: Towards sustainable consumption. Disponível em < http://www.sd-commission.org.uk/data/files/publications/I_Will_If_You_Will.pdf >

Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis - PPCS. Disponível em < http://akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/11_11_24_PPCS_PARTE_I_Final.pdf >

Processo de Marrakesch. Disponível em < <http://esa.un.org/marrakechprocess/index.shtml> >

State of the World 2012: Moving Toward Sustainable Prosperity. Disponível em < <http://www.worldwatch.org/stateoftheworld2012> >

Autora que redigiu a proposta inicial do contexto e desafios e consolidou as contribuições

Carla Stoicov (carla.stoicov@tistu.net), facilitadora de mudança de processos sociais é engenheira elétrica com pós-graduação em gestão da sustentabilidade, especialização em PMI e sócia da **Tistu**, trabalha com a promoção da responsabilidade social empresarial e desenvolvimento sustentável por meio de projetos e ações socioambientais, de forma integrada e vinculada com a estratégia da organização e iniciativas da sociedade.